

Circunscrição : 1 - BRASILIA

Processo : 2015.01.1.098620-2

Vara : 114 - QUARTA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Processo : 2015.01.1.098620-2

Classe : Mandado de Segurança

Assunto : Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

Impetrante : MACIEL AUDITORES SS

Impetrado : PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE LICITACOES DA CAESB

Sentença

Vistos etc.

Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por MACIEL AUDITORES SS contra ato dito coator praticado pelo PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL.

A parte impetrante alega, em síntese, que foi inabilitada no procedimento licitatório (Edital de Concorrência CP 002/2015) destinado à contratação de empresa para a realização de auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia, pois não teria comprovado cadastro junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Documentos acompanham a inicial.

A liminar foi indeferida (fl. 125).

Informações às fls. 149/161, oportunidade em que a CEASB também postulou sua admissão no feito. Suscita, preliminarmente: (i) preclusão para impugnação das cláusulas do Edital; (ii) perda do objeto; (iii) ilegitimidade passiva; (iv) inadequação da via eleita, ante a necessidade de dilação probatória. No mérito, pede a denegação da segurança.

Intimado, o Ministério Público não se manifestou sobre o mérito da demanda.

Relatei. Decido.

Início pelas questões preliminares.

AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Não colhe a preliminar.

Com efeito, a ausência de impugnação do Edital de licitação somente acarreta a preclusão do tema na via administrativa, não havendo qualquer óbice para revolvimento de alguma cláusula reputada nula na via judicial.

PERDA DO OBJETO

A superveniente adjudicação do contrato não importa na perda de objeto do mandado de segurança, pois eventual nulidade no certame contamina a contratação dele decorrente, em especial quando não há notícia de que tenha ocorrido o esgotamento do objeto do contrato.

ILEGITIMIDADE PASSIVA

Sem razão a preliminar.

É que, ainda que seja indicada autoridade coatora com equívoco, por não deter atribuição para correção do ato impugnado, se a autoridade efetivamente responsável é vinculada à mesma pessoa jurídica, que também ingressa como parte no feito, não há razão para extinção do processo, notadamente quando não há alteração de competência. Tal interpretação, aliás, é a que confere homenagem à economia processual e ao princípio da primazia do julgamento de mérito.

Note-se, no ponto, a ausência de qualquer prejuízo, tanto é assim que foram prestadas informações em conjunto com a manifestação da pessoa jurídica.

INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA

Os documentados acostados aos autos são suficientes para deslinde da controvérsia, que diz respeito unicamente à legalidade da exigência de cadastro da empresa concorrente perante o BID.

Rejeito, portanto, a preliminar, pois não há necessidade de dilação probatória.

Não havendo outras questões preliminares, passo ao exame do mérito.

Segundo a Lei 12.016/09, conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade.

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o edoc 9E692B42

Não há ato ilegal ou abuso de poder.

De início, cabe destacar o que dispõe o §5º do art. 41 da Lei n. 8.666/1993:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (...)

§ 5o Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior."(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

No caso, o Edital prevê a intervenção do BID no procedimento licitatório quando da fase de habilitação dos licitantes. O item 9.2 dispõe:

"9.2 Inicialmente, serão abertos os Envelopes 'A' - Documentação para habilitação, cujos documentos ficarão disponíveis para serem rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitações. Caso a Comissão decida, poderá proceder de imediato ao julgamento dos documentos apresentados e proferir o resultado do julgamento da habilitação. O resultado do julgamento da habi

litação será encaminhado ao BID, que deverá manifestar não objeção quanto às licitantes participantes, segundo estabelece o contrato de empréstimo firmado com a referida instituição. Em caso de restrição apresentada pelo BID, a licitante será inabilitada."

Como se vê, há previsão expressa para submissão dos licitantes ao BID, que deve aprovar ou não a participação dos interessados inicialmente habilitados pela comissão licitante. Tal previsão decorre de exigência do próprio BID, que se propõe a fornecer empréstimo à CAESB, mas impõe como condição a realização de auditoria independente nas suas contas, por meio de empresa dotada de capacidade e confiabilidade para a realização da auditoria.

A intervenção do BID no procedimento licitatório não se apresenta como irregular, na medida em que prevista nas regras do Edital e porque se trata de escolha de empresa destinada à realização de auditoria para possibilitar a obtenção de recursos perante a entidade internacional.

Além disso, a imposição da impetrante como responsável pela auditoria põe em risco o próprio financiamento obtido pela CAESB.

Com isso, não se pode reconhecer o ato como ilegal, pois assegurado o princípio do julgamento objetivo e respeitado o art. 41 da Lei n. 8.666/93.

Ante o exposto, DENEGO A SEGURANÇA. Resolvo o mérito, com apoio no artigo 269, inciso I, do CPC.

Custas finais pela parte impetrante. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista o disposto no artigo 25 da Lei 12.016/09 e nas Súmulas 105 do STJ e 512 do STF.

Após o trânsito em julgado e recolhidas as custas, arquivem-se os autos nos termos do Provimento-Geral da Corregedoria do TJDF.

Sentença registrada eletronicamente nesta data. Publique-se. Intimem-se por publicação no DJE.

Brasília - DF, sexta-feira, 04/03/2016 às 13h56.

André Silva Ribeiro
Juiz de Direito Substituto